

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.348 - MT (2019/0358589-9)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
RECORRENTE : **MARCELO WEBER GROMANN (PRESO)**
ADVOGADOS : **JOSÉ GOMES DE MATOS FILHO - DF005137**
: **DIOGO TOSCANO DE OLIVEIRA REBELLO - DF042791**
RECORRIDO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO**

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por MARCELO WEBER GROMANN contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO.

Consta dos autos que o recorrente teve decretada sua prisão preventiva pela suposta prática dos crimes de organização criminosa, uso de documento falso e falsidade ideológica.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de Justiça, que denegou a ordem nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 502):

HABEAS CORPUS – ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA, USO DE DOCUMENTO FALSO E FALSIDADE IDEOLÓGICA – PRISÃO PREVENTIVA - I – FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA – FALTA DE INDIVIDUALIZAÇÃO DA CONDUTA IMPROCEDÊNCIA – DECISÃO - FUNDAMENTADA – PROVA DA MATERIALIDADE E INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA – DESCRIÇÃO SUFICIENTE DA CONDUTA INCRIMINADA - NECESSIDADE DA PRISÃO – EXPOSIÇÃO CLARA DOS MOTIVOS – GRAVIDADE CONCRETA DO DELITO – NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA – II - PRINCÍPIO DA CONTEMPORANEIDADE - VIOLAÇÃO - IMPROCEDÊNCIA - CRIME COMPLEXO E DE DIFÍCIL ELUCIDAÇÃO - III – SUBSTITUIÇÃO POR CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO – IMPERTINÊNCIA – INADEQUAÇÃO E FALTA DE EMBASAMENTO LEGAL – PRESSUPOSTO DA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA – CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO – ORDEM DENEGADA – CONSONÂNCIA COM O PARECER MINISTERIAL.

I - Havendo prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria, revela-se adequada e fundamentada a custódia preventiva com vistas à garantia da ordem pública, se evidente nos autos, a

gravidade concreta do crime que, pelas suas circunstâncias – sonegação fiscal de alta monta contra o erário público, com envolvimento de várias empresas, pessoas físicas e funcionários públicos –, justificam manter-se a segregação do Paciente, especialmente, quando demonstrados fortes indícios de sua conduta, de forma particularizada, na conduta criminosa;

II - Não há motivo para se reconhecer a falta de contemporaneidade da prisão, tratando-se de crime complexo e de difícil elucidação, com vários acusados, apesar de entre os fatos delituosos e a decisão constritiva terem decorrido quase dois anos, pois, ao que tudo indica, os crimes somente foram descortinados no corrente ano, tendo, tão logo a d. autoridade policial tomado ciência deles, representado pela medida segregatória, deferida pelo d. Magistrado singular;

III - Demonstrada a necessidade da prisão preventiva para garantia da ordem pública, exclui-se a possibilidade de aplicação das medidas cautelares previstas no artigo 319 do CPP, posto, que incompatíveis com o decreto, por insuficientes, ou inadequadas, aliás, como prevê o art. 282, inciso I do CPP, sequer há amparo legal para as referidas cautelares.

O presente recurso funda-se na falta de fundamentação idônea para a decretação da segregação cautelar, tendo em vista *"que não se apontou na representação da autoridade policial, na manifestação ministerial ou mesmo na decisão judicial, qualquer elemento que indicasse o exercício de ingerência, coordenação ou chefia na suposta ORCRIM por parte do paciente, sendo ele, em outras palavras, MERO RESPONSÁVEL POR BUSCAR NOVOS INTERESSADOS NA AQUISIÇÃO DE NOTAS FISCAIS"* (e-STJ fl. 536).

Sustenta, ainda, que *"o paciente/recorrente é primário e não registra antecedentes, além de que, segundo a própria acusação, ocupava posição de pequena importância dentro da pretensa organização criminosa"* (e-STJ fl. 534).

Diante disso, pleiteia a defesa, em tema liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva.

É, em síntese, o relatório.

Depreende-se dos autos que o presente recurso impugna acórdão proferido Tribunal de origem, no HC n. 1015477-05.2019.8.11.0000 (e-STJ fl. 503).

Ocorre que a causa de pedir e o pedido deste recurso em *habeas corpus*

Superior Tribunal de Justiça

são idênticos aos do HC n. 548.630/MT, impetrado nesta Corte e também atribuído a esta relatoria, que igualmente impugna a mesma decisão prolatada pelo Tribunal de Justiça de origem.

Ante o exposto, diante da constatação de que o presente recurso é mera reiteração do HC n. 548.630/MT, **indefiro-o liminarmente**.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator